

MPLA: Da Fundação ao Reconhecimento por Parte da OUA

(1960-1968)

Julião Soares Sousa*

Do movimento unitário à fundação do MPLA

Como já defendemos num outro estudo¹ a tendência para a constituição de organizações unitárias entre a diáspora africana residente em Portugal começou a desenhar-se nos primeiros anos da década de 50 do século passado. Por um lado, através da institucionalização do Centro de Estudos Africanos (CEA), em 1951, e, por outro, da criação de organizações de carácter político, tais como o MDCP², MLNCP³ e o MAC⁴, cujos objectivos eram, para além da denúncia do colonialismo português e da divulgação, no exterior, da luta levada a cabo no interior dos seus territórios, a conquista da independência de todas as colónias portuguesas de África.

Mais tarde, a tomada de consciência da impossibilidade de concretizar o objectivo a que se propunham (libertar todas as colónias portuguesas), no âmbito de um único organismo unitário, fez com que no seio do MAC houvesse quem, como Viriato da Cruz, defendesse o incentivo à criação de organizações políticas nacionais e frentes de luta comuns, ou então a concentração da acção numa única colónia (nomeadamente Angola). Viriato acreditava então, nas suas próprias palavras e numa visão quase profética, que “o sistema colonial português” não ia ceder ao mesmo tempo em todas as colónias africanas de Portugal, “mas por partes”⁵.

A opção por qualquer uma das soluções atrás apontadas faria com que os movimentos unitários passassem a funcionar como organismos de coordenação dos partidos e/ou frentes nacionais. Deste modo, a pouco e pouco, as organizações políticas unitárias foram cedendo lugar aos movimentos

nacionais (PAI/PAIGC⁶, no caso da Guiné e Cabo Verde, e MPLA⁷, no que se refere a Angola).

Cingindo-nos ao caso concreto de Angola, pode dizer-se que hoje não restam as menores dúvidas quanto a fundação do MPLA, em finais de Janeiro de 1960⁸, isto é, depois da Conferência de Tunes, embora já se fizesse oficiosa referência àquele movimento, no sentido de aglutinador de todas as organizações políticas angolanas, num Memorando dirigido por Lúcio Lara ao *Bureau* Político do Neo-Destour (partido tunisino), datado de 26 de Dezembro de 1959⁹. Ainda que no referido Memorando se afirmasse que aquele movimento de libertação lutava “há cinco anos” (o que apontava o ano da sua fundação para 1954 ou 1955) pela independência de Angola, essa afirmação deve ser contextualizada, pois, a nosso ver, simplesmente revela uma tentativa de associação histórica do MPLA com os partidos então existentes em Angola, como o

Partido Comunista Angolano (PCA), fundado em Luanda em 1955, ou com o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), cuja fundação remonta ao ano de 1956. Por outras palavras, a acima referida citação do Memorando de Dezembro de 1959 não confirma necessariamente a existência do MPLA como uma organização política formal.

Por vezes tentou-se servir do seguinte testemunho de Amílcar Cabral na tentativa de dar maior credibilidade à tese defendida pela historiografia oficial segundo a qual o MPLA teria sido fundado em 1956:

Nós mesmos, PAIGC, ajudamos a formar o MPLA em Angola. Não é nenhuma vaidade, não, publicamente mesmo é sabido, os filhos de Angola sabem-no. Para servir os interesses do nosso povo, camaradas. Nós mesmos corremos riscos em Angola, em reuniões clandestinas. No momento em que vários angolanos estavam já presos pela PIDE, foi preciso ir a Angola fazer reuniões. Arranjamos contrato



Viteix, “février 1961-1981 Luanda, 1982 Paris”

como agrónomo e fomos para Angola e aproveitamos para reunir camaradas, para discutir com eles o novo caminho que devíamos seguir todos na luta pelas nossas terras¹⁰.

No entanto, nas palavras de Cabral estão patentes vários momentos relacionados com as suas lides profissionais em Angola, entre 1956 e 1959, e que incluíam ainda a participação em actividades políticas clandestinas, designadamente na fundação e organização do PLUAA, em Dezembro de 1956, cujo Manifesto seria adoptado posteriormente (em 1960) pelo MPLA.

A “nacionalização” do movimento de libertação da diáspora

Desde 1959 que os africanos das colónias portuguesas na diáspora, ainda no âmbito do movimento de libertação unitário (MAC), chegaram à conclusão de que não fazia mais sentido continuar na Europa com tantas coisas que havia para fazer nos seus respectivos territórios, onde as suas ausências, nas palavras de Amílcar Cabral, representavam “uma lacuna prejudicial à luta”¹¹. Era necessário, pois, que todas as secções do MAC (Berlim, Frankfurt, Paris e o directório de Lisboa) e os respecti-

vos elementos (Viriato da Cruz, Lúcio Lara, Mário de Andrade, Marcelino dos Santos e Guilherme do Espírito Santo, Amílcar Cabral e Agostinho Neto, entre outros) regressassem a África e aí se preparassem para iniciar um grande projecto político-revolucionário de libertação dos seus territórios de origem.

Três países foram eleitos para a fixação não só devido à ideologia e ao carácter revolucionário dos seus dirigentes, mas também por causa da proximidade geográfica com as suas colónias de origem e ainda por oferecerem melhores garantias em termos de apoio políticos, morais e financeiros. Eram eles, a Guiné-Conakry, para os guineenses e cabo-verdianos, e o Ghana ou o Congo-Leopoldville, para os angolanos. Recordar-se que num périplo realizado por várias capitais africanas, em Setembro de 1959, no âmbito dos preparativos para o regresso a África, Amílcar Cabral havia estado em Leopoldville e em Accra (capital do Ghana), com o firme propósito de solicitar apoios e trabalho para os elementos do MAC junto dos dirigentes do Movimento Nacional congolês (MNC), dirigido por Lumumba, e do Presidente Nkrumah para a instalação do *Bureau* e de representantes do MAC naquela cidade, a tempo de poderem presenciar a Conferência dos Povos Africanos, a ter lugar no mês de Outubro, e a uma reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas que aí deveria realizar-se em Dezembro¹².

O MAC tentava aproveitar a presença em Accra de países que haviam participado na Conferência de Bandung em 1955, na Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos realizada no Cairo em 1957, na I e II Conferências dos Povos de Accra, realizados, respectivamente, em 15 de Abril¹³ e em Dezembro¹⁴ de 1958, e que haviam assumido o solene compromisso “de ajudar todos os povos que lutam contra o colonialismo”¹⁵.

Idêntico objectivo havia sido traçado em relação à Guiné-Conakry, mas por uma questão de prudência Cabral acabou por não



Viteix, “La chute d’un camarade”, 1972, Paris.

seguir para aquele país com receio de que “se o fizesse o visto que depois no passaporte passasse a existir comprometer-lhe-ia a sua viagem para Portugal”¹⁶.

Anteriormente a secção de Frankfurt e de Berlim do MAC haviam solicitado ao *Convention Peoples Party* (partido de Nkrumah), a instalação de um *Bureau* e a autorização para que todos os seus elementos emigrassem para o Ghana e aí trabalhassem politicamente¹⁷. A ideia dos elementos do MAC era evitar que o dirigente da União das Populações de Angola (UPA), Holden Roberto, os representasse na Assembleia-geral da ONU. A finalidade das diligências de Amílcar Cabral no Ghana era, conforme se escrevia num documento da Polícia Política de Salazar, “convencer as várias nações afroasiáticas a tomarem uma posição contra Portugal”¹⁸.

Mas, quer a Guiné-Conakry, quer o Ghana colocavam ainda grandes obstáculos para essa fixação. No entanto, o primeiro país a responder favoravelmente ao pedido dos africanos das colónias portuguesas acabou por ser a República da Guiné-Conakry, onde já se encontrava instalado, desde finais de Agosto de 1959, o médico angolano, Hugo de Menezes.

Em finais de Janeiro de 1960, iniciavam o projecto do regresso a África, depois de terminada a Conferência de Tunes. Com efeito, poucos dias antes, num memorando datado de 23 ou 24 de Janeiro de 1960, propunha-se que Lúcio Lara e Viriato da Cruz partissem imediatamente para a República da Guiné onde deveriam coordenar os movimentos de libertação da Guiné portuguesa que aí existiam¹⁹, até a chegada de Amílcar Cabral. Efectivamente, em Fevereiro, Viriato da Cruz abandonava Tunes com destino a Guiné-Conakry, seguindo-se-lhe Lúcio Lara, Amílcar Cabral e Mário de Andrade. Iniciava-se assim, a “nacionalização” dos movimentos de libertação (PAI/PAIGC e MPLA) que compunham a organização de coordenação supranacional (o FRAIN), no sentido em que passaram a tratar de assuntos rela-

cionados com as suas respectivas colónias. Como sustenta Norrie MacQueen, a ideia de uma luta unificada não passava de um “discurso ideológico e do objectivo político”²⁰.

Na Guiné-Conakry, os angolanos deveriam aguardar a autorização dos dirigentes do Ghana. Mas, a transferência solicitada jamais se concretizaria por vários motivos. Em primeiro lugar, deve assinalar-se a repentina morte (em Setembro de 1959) de George Padmore, que era quem dirigia o *Bureau of African Affairs*²¹, na Administração Nkrumah. Diríamos, inclusivamente, que esta situação veio mesmo atrasar a resposta positiva que os elementos do MAC, com alguma ansiedade, aguardavam. Em segundo lugar, a influência que a UPA de Holden Roberto tinha junto das autoridades do Ghana.

A demora das autoridades do Ghana em corresponderem à solicitação do MAC e a independência do Congo-Leopoldeville, ocorrida a 30 de Junho de 1960, devem ter levado os angolanos a desistir da instalação no Ghana e a optarem por aguardar a evolução da situação política naquele país vizinho de Angola para depois solicitarem a autorização e o apoio para a fixação dos quadros e de um *bureau* do MPLA. Porém, a grave crise em que este país se mergulhou e que conduziu à prisão e o posterior assassinato do então primeiro-ministro, Patrice Lumumba, veio dificultar a situação e adiar instalação dos angolanos em Leopoldville.

Um outro acontecimento marcou um ponto de viragem na descoordenação até aqui existente entre o MPLA, criado na diáspora, e o movimento de libertação do interior de Angola. Trata-se do regresso a Angola de Agostinho Neto, membro do directório de Lisboa do MAC, a 30 de Dezembro de 1959, depois de terminar a licenciatura em Medicina. Uma vez naquela colónia Neto envolveu-se, com o carisma conquistado (tinha sido preso em Portugal por duas vezes), activamente na dinamização do nacionalismo angolano que contava já com várias organizações políticas clan-

destinas. Em Abril de 1960, já na liderança do movimento de interior de Angola (MINA), Neto enviou Manuel Pedro Pacavira, como emissário, para se reunir com os elementos angolanos do FRAIN e do MPLA recentemente fundados em Tunes. Para esse encontro, que teve lugar em Brazzaville, foi indigitado Lúcio Lara. No decurso da reunião entre ambos, Lúcio Lara teria sugerido a Pacavira, de acordo com Edmundo Rocha, a “mudança do nome MINA para MPLA”²², para que o movimento que já era conhecido no exterior existisse também em Angola. Surgia assim o MPLA do interior, sob a liderança de Neto. O movimento não desenvolveria nenhuma acção relevante uma vez que o seu dirigente principal seria novamente detido pelas autoridades portuguesas, em Junho de 1960, e deportado para Cabo Verde (Santo Antão e Santiago) e, mais tarde, para Portugal.

A luta pela afirmação do MPLA e pelo reconhecimento da OUA

A prisão de Neto em Luanda e as dificuldades enfrentadas pelos elementos da diáspora na sua tentativa para se instalarem em Leopoldville, contribuiria para um relativo atraso do MPLA relativamente à sua rival (UPA/FNLA), numa altura em que ambos pretendiam assegurar a “conquista” da liderança do movimento de libertação angolano. Recordar-se que, desde há muito, a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA)²³, que se transformaria em União dos Povos de Angola em 1958, encontrava-se estabelecida no Congo-Leopoldeville, onde contava com inúmeros adeptos e gozava, além do mais, de relativa influência junto das autoridades daquele país.

Apesar das dificuldades iniciais, o MPLA do exterior lograria, finalmente, transferir-se para Leopoldville, em Outubro de 1961. Contudo, os frequentes problemas que começaram a surgir entre os partidários do MPLA e da UPA e a proliferação dos movimentos de libertação angolanos no seu território, as autoridades

congolesas passaram a condicionar a ajuda à realização da unidade no seio do movimento de libertação de Angola.

A ideia de unir, em torno do MPLA, todos os movimentos de Angola, era muita antiga. Pelo menos, desde Novembro de 1960, na sequência de um “Apelo” à união de todos os movimentos angolanos lançado em Conakry, que o Comité Director do MPLA²⁴ vinha propondo a realização, em Fevereiro de 1961, de uma conferência que deveria ter lugar num país africano independente²⁵, mas

que por diversos motivos acabou por não se realizar.

Em Abril de 1961, numa reunião realizada em Casablanca (Marrocos), em que foi constituída a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), em substituição da FRAIN, os representantes do MPLA, do PAIGC e da Liga de Goa, incentivavam as organizações políticas existentes a unirem-se em frentes de luta comuns²⁶.

Em Leopoldville não havia sinais positivos de que um acordo de unidade entre os principais movimentos de Angola pudesse concreti-

zar-se. Antes pelo contrário, as rivalidades ameaçavam eternizar-se. A tentativa de domínio da situação no interior de Angola levou mesmo a que em finais de 1961, um grupo de 20 combatentes do MPLA, que tentava infiltrar-se naquela então colónia, tivesse sido liquidada alegadamente por forças afectas à UPA.

Mas, ainda assim, várias tentativas de união, da iniciativa dos próprios movimentos de libertação e dos países vizinhos que davam guarida aos movimentos de libertação de Angola (Congo-Leopoldville e Congo-Brazzaville) foram ensaiadas sem que nenhuma delas tivesse produzido os resultados desejados.

A situação prevalecente, quer no Congo-Leopoldville, quer mesmo no interior de Angola, era francamente favorável a UPA que, a 27 de Março de 1962, se aliaria ao Partido Democrático de Angola (PDA) da qual resultaria a formação da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

Agostinho Neto, que dois anos antes havia sido preso em Luanda e deportado, como já se disse, para Santo Antão e Santiago (Cabo Verde) e subsequentemente para Lisboa, foge de Portugal em direcção a Marrocos e, em meados de 1962, numa altura em que a FNLA tinha criado o Governo da República de Angola no Exílio (Abril), chegava a Leopoldville com uma importante missão na bagagem: (re)organizar o MPLA e “conquistar” a liderança do movimento de libertação de Angola. Foi-lhe conferida a presidência do MPLA que, até ai estava a ser dirigido por Mário de Andrade. Em Dezembro de 1962, reuniu a I Conferência Nacional do MPLA em Leopoldville. Mas, as graves cisões internas vieram ao de cima pondo a descoberto a fragilidade daquele movimento. Um dos problemas que despoletou profundas divisões no seio daquele movimento, entre Agostinho Neto e Viriato da Cruz, foi justamente a união estratégica e alargada que este defendia com a FNLA. Para a necessidade da efectivação dessa união de forças concorriam, nas palavras de Mário de Andrade, duas realidades: “a exis-



Illustration de Viteix

tência de uma situação expressiva” que as massas populares poderiam aproveitar para passar à acção armada, e, em segundo lugar, o facto da União das Populações de Angola (UPA) ter influência notória junto dos “trabalhadores forçados”, das regiões setentrionais e junto da diáspora angolana do Congo²⁷.

Mas, em virtude dos desentendimentos internos que este assunto provocou em Leopoldville, o então secretário-geral, Viriato da Cruz, Manuel Santos Lima, Matias Miguéis e quase meia-centena de outros correligionários, excluído das listas dos órgãos dirigentes eleitos na conferência acima referida, por discordância com Agostinho Neto, abandonariam o MPLA. Entre 1962 e 1963, o MPLA atravessou, de facto, uma profunda crise com Agostinho Neto a enfrentar uma forte oposição interna por parte de antigos companheiros, como Viriato da Cruz e seus correligionários. Na capital da República do Congo (Leopoldville) chegou mesmo a haver cenas de tiroteio entre as duas facções. Viriato e Matias Miguéis seriam acusados pelo MPLA, em 1965, de terem criado uma cisão no seio do MPLA ou de terem integrado o GRAE de Holden Roberto. Perseguido, Viriato refugiou-se na China, onde acabou por falecer, e Matias Miguéis seria fuzilado pelo MPLA em Novembro de 1965.

Uma das organizações que revelou, desde a sua fundação em Maio de 1963, grande interesse na união dos movimentos de libertação de Angola foi justamente a OUA em cujo projecto se empenhou denodadamente, através do seu Comité dos Nove (transformado pouco depois em Comité de Libertação). Servindo-se da estratégia da unidade, aquela organização continental procurava evitar a proliferação dos movimentos de libertação e a dispersão de forças prejudicial ao aproveitamento racional das ajudas. No quadro da OUA e do seu Comité passou-se a defender que os apoios deveriam ser atribuídos em função da eficácia.

Do ponto de vista político e militar as rivalidades entre as duas mais importantes formações políticas

angolanas (MPLA e FNLA) não permitiam o avanço da luta no interior. Por causa do impasse insustentável provocado pela desunião no seio do movimento de libertação de Angola a OUA criou, em meados de 1963, uma missão de “Bons Ofícios”, constituída por representantes da Argélia, da República da Guiné, da Nigéria, do Senegal, do Congo-Leopoldville e do Uganda, cujo objectivo seria o de avaliar os movimentos de libertação de Angola, a fim de decidir qual deles estaria em condições de beneficiar dos apoios do Comité de Libertação. A escolha foi condicionada à criação “de uma Frente de Acção Comum” em cada território, mas, no caso de não ser possível a missão deveria “reconhecer o movimento mais apto a receber a sua assistência”²⁸. Na sequência do mandato outorgado pelo Comité à missão dos “Bons Ofícios”, a 1 de Julho de 1963, numa reunião patrocinada pelo Presidente do Congo-Brazzaville, Fulbert Youlou, o MPLA reunido em Brazzaville logrou, com outros quatro pequenos partidos (o MNA, a UNTA, o NGWIZAKO e o MDIA29), a criação da Frente Democrática de Libertação de Angola (FDLA). Quando nada o fazia esperar eis que surgiu, no seio do MPLA, uma nova dissidência. Desta feita a de Mário de Andrade que se demitiu do cargo que ocupava na direcção do movimento alegando nunca ter sido consultado acerca do processo. Era mais uma baixa de vulto no partido de Agostinho Neto. Num comunicado difundido no Cairo, Andrade declarava:

Por consequência, eu não poderia de qualquer forma dar a minha aprovação a uma associação de movimentos ditos nacionalistas, não tendo base política comum. O meu nome foi, pois, abusivamente utilizado na lista do comité executivo da FDLA³⁰.

Em Leopoldville, ao tomarem conhecimento de que, em finais de Junho, a missão de “Bons Ofícios” do Comité de Libertação iniciaria contactos a fim de recomendar ao Conselho de Ministros dos Negócios

Estrangeiros da OUA o reconhecimento de um movimento de Angola, a FNLA e o MPLA iniciaram as suas movimentações com o objectivo de assegurar uma posição de supremacia antes da chegada da missão. Por exemplo, face à iminente visita, tentando antecipar-se ao seu rival, a 29 de Junho de 1963, a FNLA proclamaria o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), que foi reconhecido, no mesmo dia, pelo Governo congolês (Congo-Leopoldville). Esta medida veio abrir uma grave crise entre os dois países vizinhos de Angola: o Congo-Brazzaville (apoiente do MPLA) e o Congo-Leopoldville (apoiente da FNLA).

Efectivamente, a 10 de Julho de 1963, a missão de “Bons Ofícios” presidida pelo Ministro de Negócios Estrangeiros nigeriano, Jaja Wachuku, chegava a capital do ex-Congo belga. Na sequência de várias reuniões e ao constatar a existência de graves desinteligências no seio do MPLA e a evidente supremacia da FNLA, quer no que diz respeito à sua projecção em Angola, quer a nível da coesão e da eficácia organizacional, a missão acabou por recomendar o reconhecimento do GRAE/FNLA, como o único movimento legítimo que combatia verdadeiramente pela autodeterminação e independência de Angola.

Na realidade, desde 15 de Março de 1961, a UPA havia iniciado a luta no interior de Angola, numa extensa área que abarcava a então província do Zaire, do Kuanza-Norte, de Malange, do Uige e do Bengo, situação que rapidamente a colocou à cabeça da resistência contra o colonialismo português.

Perante o reconhecimento da UPA/FNLA e face ainda à nova situação que se criou, o Governo do Congo-Leopoldville não podia continuar a tolerar a presença do MPLA, profundamente dividido, no seu território. Daí que, a 2 de Novembro de 1963, decidiu proibir as actividades daquele partido em todo o país, o que fez com que os seus quadros e militantes se refugiassem em Brazzaville, onde iniciariam uma tímida reorganização, não só politicamente, como militarmente.

Tanto é assim que, no ano seguinte (1964), o MPLA abria a Frente de Cabinda e com a independência da Zâmbia, iniciou a mobilização no Leste (província do Moxico e Cuando-Cubango). Este facto coincidiu, curiosamente, com o declínio da UPA, que, pouco a pouco, também se viu mergulhado em graves divisões internas, que acabaram por conduzir à saída de vários elementos da organização, como por exemplo Jonas Savimbi, que em 1964 fundou a sua própria organização política (a UNITA), e de Viriato da Cruz, e externas (chegada de Moisés Tshombé ao poder e o apoio que dava aos opositores internos de Holden Roberto na FNLA).

Não completamente satisfeita com a decisão da OUA, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) tudo faria para que a OUA retirasse o apoio dado ao GRAE em detrimento do MPLA. Por exemplo, nas resoluções da conferência realizada em Outubro de 1965, em Dar-es-Salaam, exigia-se que a OUA revisse a sua posição relativamente ao precipitado reconhecimento do Governo Provisório de Holden Roberto³¹. Amílcar Cabral, na qualidade de Presidente em exercício da CONCP, teria sido indigitado para, na conferência de OUA, a ter lugar em Accra, em Outubro de 1965, a fim de pressionar os países membros desta organização a retirarem o apoio ao movimento de Holden Roberto. Mas, só na conferência do Comité de Libertação da OUA realizada em Argel em Julho de 1968, o MPLA foi, finalmente, reconhecido ●

* Guineense, Mestre em História Moderna e doutorando em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (Portugal).

¹ Julião Soares Sousa, "Os movimentos unitários anticolonialistas (1954-1960). O contributo de Amílcar Cabral", in *Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais, Estudos do Século XX*, nº 3, Quarteto Editora, Coimbra, 2003, pp. 336 e segs.
² O Movimento Democrático das Colónias Portuguesas (MDCP) foi fundado, em Lisboa, em 1954, e chegou a ser liderado por Agostinho Neto.

³ O Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesas (MLNCP) foi fundado em Paris, em Novembro de 1957, por Viriato da Cruz, Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Guilherme do Espírito Santo.
⁴ O Movimento Anticolonialista (MAC), foi fundado em Lisboa em 1958 como resultado da fusão do MDCP e do MLNCP.
⁵ Carta de Viriato da Cruz para Lúcio Lara e Amílcar Cabral [dactilografada], Conakry, 7 de Março de 1960, in Lúcio Lara, *Documentos e comentários para a História do MPLA até Fevereiro de 1961*. Com um prefácio à Edição Portuguesa. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, p. 405.
⁶ Partido Africano da Independência/ Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde.
⁷ Movimento Popular de Libertação de Angola.
⁸ Este ponto de vista já foi defendido, entre outros, por Carlos Pacheco, *MPLA. Um nascimento polémico*, Lisboa, ed. Vega, 1997. Há, no entanto, outros autores como Franz-Wilhelm Heimer que apontam o ano de 1958, como sendo o da fundação do MPLA ("Obras em Língua alemã sobre a África de língua oficial portuguesa...", Lisboa, Centro dos Estudos Africanos, Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa, nº 2, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, p. 189).
⁹ Excerto da Carta de Lúcio Lara a Viriato da Cruz, Tunes, 26 de Dezembro de 1959, in Lúcio Lara, *Documentos e comentários para a História do MPLA até Fevereiro de 1961*. Com um prefácio à Edição Portuguesa. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1999, nota 1 à p. 300.
¹⁰ Citado por Dalila Cabrita Mateus, *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1999, p. 57.
¹¹ Relatório de Amílcar Cabral, África, Setembro de 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 153.
¹² "Relatório de Amílcar Cabral [manuscrito], Bons Amigos, África, Setembro 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 153.
¹³ São eles: Marrocos, Egipto, Tunísia, Líbia, Sudão, Ghana, Etiópia e Libéria.
¹⁴ São eles: Ghana, Argélia, Camarões, Togo, Mauritânia, Daomé, Senegal, Guiné-Conakry, Egipto, Angola (UPA), União Sul Africana e o Congo Belga (*Vide* Philippe Decraene, *ob. cit.*, p. 63).
¹⁵ Carta de Lúcio Lara a Hugo de Menezes [dactilografada], Frankfurt, 3 de Junho de 1959, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 100.
¹⁶ IAN/TT - PIDE/DGS, processo 12/62, Rafael Barbosa, NT 5434, 2º vol. Fl. 50; Carta de Amílcar Cabral [manuscrita] dirigida aos Amigos, 24/9/59, in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 162.
¹⁷ Vide Julião Soares Sousa, "Os movimentos Unitários...", [separata], p. 343.
¹⁸ IAN/TT - PIDE/DGS, processo 19 - E/GT, Amílcar Cabral, fl. 27.
¹⁹ Memorandum de Amílcar Cabral e Mário de Andrade [manuscrito por Amílcar], in Lúcio Lara, *ob. cit.*, p. 329.
²⁰ Norrie MacQueen, *A descolonização da África portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1998, p. 43.
²¹ Carta de Barden [dactilografada - original em inglês] do Bureau of African Affairs (Accra), 27 de Outubro de 1959, in Lúcio Lara, *Documentos e comentá-*

rios para a História do MPLA até Fevereiro de 1961. Com um prefácio à Edição Portuguesa. Publicações Dom Quixote, 1999, p. 211.

²² Edmundo Rocha, *Angola: Contribuição ao estudo da Gênese do nacionalismo Moderno Angolano (período de 1950-1964)*, Edição do autor, Lisboa, 2003, p. 134.
²³ A UPNA foi fundada por Holden Roberto em 1954.
²⁴ "Segundo apelo do MPLA à unidade [policopiado], in Lúcio Lara, *ob. cit.*, pp. 561-565.
²⁵ *Idem, ibidem*.
²⁶ AMS, "Conférence des Organisations Nationalistes des Colonies Portugaises", Casablanca 18-20 avril 1961, Secrétariat Permanent de la Conférence des Organisations Nationalistes des Colonies Portugaises (CONCP), Rabat-Maroc, pasta 4357.009, im. 57.
²⁷ Mário de Andrade, "Angola: Agonie de l'empire et crise du nationalisme", *Remarques Congolaises & Africaines*, nº 14 du 11-0-1964, p. 330.
²⁸ IAN/TT - PIDE/DGS, processo nº 1915/50, Amílcar Cabral, SR, Informação nº 271/SC/CI (2). Assunto: Actividades da "FLING", datada de 25/7/63, pasta 3. fl. 323.
²⁹ Respektivamente, Movimento Nacional de Angola, União Nacional dos Trabalhadores de Angola, Nigwizani á Kongo e Movimento de Defesa dos Interesses de Angola.
³⁰ IAN/TT - PIDE, processo 1915/50, *Amílcar Cabral*.
³¹ AHDMNE, processo 940, 1 (5) D, CONCP - 2.ª Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, Dar-es-Salaam, 3-8 de Outubro de 1965, Resoluções. Secretariado Permanente da CONCP, março 458, pasta 1.

Résumé

Dans les colonies portugaises d'Afrique, le nationalisme moderne a obéi à une logique évolutive où il est possible de repérer deux importantes contributions : celle de la diaspora africaine qui fréquentait les universités portugaises durant les années 1940/50 et celle des élites localement émergentes. Portant sur le cas concret de l'Angola et du MPLA, le présent article insiste sur le rôle de la diaspora dans la création du MPLA en exil ainsi que sur les chocs et les confrontations politiques et idéologiques (parfois armés) qui accompagnent les mouvements d'origine locale, et concrètement l'UPA/FNLA, dans la phase du combat pour leur affirmation dans le cadre du mouvement de libération angolais et aussi pour leur reconnaissance de la part de l'Organisation d'Unité Africaine (OUA).